

## O paradoxo de Giddens

Rodrigo Constante Martins<sup>1</sup>

### Resenha do livro:

GIDDENS, Anthony. *The politics of climate change*. Cambridge, Polity Press, 2009.

*Não temos política de mudança climática*. Este é o diagnóstico que Giddens sublinha em seu mais recente livro, *The politics of climate change*, lançado em 2009. Em grande medida, trata-se de uma obra propositiva, que faz uso de dados recentes sobre as dimensões do aquecimento global, bem como de suas projeções, para sugerir estratégias de enfrentamento político desta ameaça ambiental. Por esta razão, a obra pode ser lida por ambientalistas e demais interessados na temática como nova intervenção neste debate, atualmente alvo de investidas de diversas frentes intelectuais. Contribuindo com esta orientação de leitura soma-se o fato de Giddens ter atuado como conselheiro do governo trabalhista de Tony Blair no Reino Unido, entre os anos de 1997 e 2007. Toma-se sempre seu discurso, portanto, como politicamente situado.

Contudo, para os familiarizados com a vasta obra do sociólogo inglês, *The politics of climate change* pode ser lido como resultado de uma compreensão bastante peculiar dos fenômenos econômicos, políticos e culturais da chamada alta modernidade. É possível considerá-lo um passo significativo na sustentação de sua *teoria da estruturação*, detalhadamente apresentada no livro “A constituição da sociedade”, originalmente publicado em 1984 (com primeira edição brasileira datada 1989). No escopo da sociologia, em particular, as discussões e proposições empreendidas por Giddens no debate sobre mudanças climáticas

---

1 Professor do Departamento de Sociologia da UFSCar.

permitem a leitura de novos contornos da teoria da estruturação, tanto no propósito de reforçar alguns de seus pontos críticos, quanto na busca do redimensionamento de suas potencialidades analíticas.

No curso de seu livro, organizado em nove capítulos, Giddens movimentava continuamente a interpretação entre os planos individual e institucional. Nos três capítulos finais dedica-se de modo mais incisivo à discussão ambiental em termos de política internacional, firmando o argumento de que os países industrializados devem assumir maior responsabilidade nos custos financeiros da necessária política de mudança climática. Em vários momentos da obra, entretanto, escapa do plano institucional para apontar, no cotidiano, as dificuldades de se mobilizar forças e recursos sociais na direção do enfrentamento das ameaças postas pela moderna pilhagem ambiental. E seriam exatamente estas dificuldades cotidianas, manifestas no universo das práticas e da consciência discursiva dos agentes, a frágil base sobre a qual os ideais de sustentabilidade de hoje se mantêm.

Giddens enfatiza que há uma grande distância entre o conhecimento sobre o fenômeno da mudança climática e a efetiva ação para a alteração de hábitos cotidianos que contribuem para o fenômeno. Com base em dados de um estudo nacional sobre atitudes e condutas populares em relação ao meio ambiente, feito entre os anos de 1993 e 2007 pelo Ministério do Meio Ambiente dos Estados Unidos, Giddens destaca que 44% dos consultados classificaram o aquecimento global como problema “muito importante”. Contudo, o tema ocupou apenas o 18º lugar na lista de questões gerais com as quais os mesmos entrevistados se preocupavam. Sistematizando *surveys* internacionais realizados por instituições privadas distintas, o autor revela que a mudança climática é indutora de “alto nível de apreensão” em apenas 22% da população do Reino Unido e da Alemanha; essas cifras atingem níveis mais expressivos na população dos países em desenvolvimento, chegando a patamares próximos dos 60% na China, Índia, México e Brasil.

Ainda baseado em pesquisas de opinião, Giddens ressalta que o imaginário do aquecimento global é atingido pelo fenômeno da fadiga de atenção. Isso porque, nos países desenvolvidos, paralelamente ao conhecimento sobre os riscos do aquecimento global, os entrevistados se dizem fartos de ler e/ou ouvir sobre o assunto. Neste caso, o alarmismo comumente presente nos enunciados do tema pouco sensibilizaria os agentes diante dos “riscos rivais” que marcam este momento da modernidade – tais como as ameaças terroristas, a disseminação de armas nucleares, a segurança energética etc.

Para o autor, a distância entre o saber e o agir neste caso tem relação direta com o cálculo abstrato que os temas ambientais requerem. Mantém, desta

feita, a historicidade da questão ambiental em termos de seu contexto espaço-temporal. Conforme indica em um de seus textos mais conhecidos, em situação de alta modernidade, os cenários de interação e estruturação das práticas se alteram. Em um movimento de desençaixe que se realiza externamente, mas opera no planejamento da ação do próprio agente, o espaço é arrancado do tempo, alterando as situações de copresença e os demais elementos da contextualidade da ação (Giddens, 1991). No caso do aquecimento global, a atitude de confiança nos prognósticos da ciência teria alterado a percepção dos agentes face a seus riscos, mas não teria ainda provocado mudanças profundas nos modos de organização das práticas sociais. A confiança no modo como se vê o mundo natural em sua imediaticidade – contato primário, fonte da segurança ontológica – parece refazer-se no agenciamento cotidiano das ações.

Disso decorre o que o próprio autor nomeia como *paradoxo de Giddens*: face ao caráter abstrato representado pelo aquecimento global (não se trata de ameaça espacialmente palpável ou imediatamente situada no tempo), por mais assustadores que sejam os cenários futuros desenhados pelo saber perito, a conduta cotidiana segue marcada pela falta de ação afirmativa para a questão. O fato de se saber que, neste caso, esperar os traços mais visíveis da mudança climática será seguramente tarde para o início de trajetórias de reversão, faz do paradoxo de Giddens um indicador do limite crítico do fenômeno da confiança em tempos de desençaixe espaço-temporal.

O arsenal de informações sobre o aquecimento global, bem como as propostas de mitigação de seus impactos – que passam pela disseminação de tecnologias renováveis, estratégias de tarifação verde e adoção de princípios de políticas públicas (tais como os da precaução e do usuário poluidor-pagador) – trazem um panorama instigante para novas etapas do que o autor chama de industrialismo. Citando o pensador político norte-americano Jeremy Rifkin, Giddens afirma também identificar o desenho do que se poderá chamar de Terceira Revolução Industrial. Do ponto vista prático, para além do desenvolvimento das comunicações em rede que alteraram a produção e, principalmente, as práticas de consumo, Giddens empolga-se com a convergência das referidas tecnologias com as fontes renováveis de energia. Para o autor, há no horizonte uma espécie de economia energética mundial na qual os indivíduos poderão produzir e compartilhar energia renovável, por meio de redes tais como as de informação.

Mas a dimensão de maior relevo neste panorama de transformações parece estar, sob a ótica de Giddens, em sua intencionalidade. “A Revolução Industrial

original não ocorreu de maneira consciente. A próxima, no entanto, terá de ser criada como um projeto deliberado para nos proteger contra perigos futuros – uma situação muito diferente” (Giddens, 2009: 130). O futuro do industrialismo, nestes termos, é visto pelo autor como um projeto reflexivo singular, pois deverá se apoiar na fé nos sistemas abstratos para novos cursos de ação. O contrafactual assume posição central neste contexto através da confiabilidade na perícia estabelecida para a mensuração dos riscos da mudança climática (por mais que haja o discurso cético também no campo da perícia científica). Trata-se da colonização do futuro, conforme definiu o próprio autor em outra ocasião (Giddens, 2002); o estímulo ao cotejamento do risco, agora institucionalizado, possivelmente se constituiria em um dos pilares do novo industrialismo.

Esta intencionalidade do projeto de futuro deve repercutir em várias esferas da vida moderna. Para o autor, uma das esferas de maior importância seria a do gosto, com interesses norteados por novos agenciamentos, referenciados no horizonte de uma economia com baixo teor de carbono. Neste caso em particular, Giddens empenha na análise a complexa relação entre agência e poder formulada na teoria da estruturação. Em *A constituição da sociedade*, enunciava que “a ação depende da capacidade do indivíduo de ‘criar uma diferença’ em relação ao estado de coisas ou curso de eventos preexistente. Um agente deixa de o ser se perde a capacidade para ‘criar uma diferença’, isto é, para exercer alguma espécie de poder” (Giddens, 1989: 11).

Acreditando no potencial inovador da ciência moderna e do industrialismo, Giddens sugere que novos agenciamentos podem se basear ainda na radicalização do empreendedorismo e dos investimentos em novas tecnologias. Critica o princípio da precaução exatamente por julgá-lo uma das construções errôneas do chamado movimento verde, menos preocupado com a possível radicalização do industrialismo em novas direções que com as barreiras passíveis de lhe serem erguidas. A noção de desenvolvimento sustentável, por sua vez, é por ele definida como um paroxismo. Situa-se longe do campo dos conceitos analíticos e se constitui em um lema, cuja substância é absolutamente relativa a depender do conjunto de agentes envolvidos em sua construção.

Da crítica a esses pilares importantes do ambientalismo, Giddens parte para a proposição de uma lista de conceitos que, sob sua ótica, podem promover uma política de mudança climática em nível político-institucional. Desta lista de conceitos, quatro são centrais em sua argumentação. O primeiro deles é o de *Estado assegurador*, que pretende posicionar a instituição nas condições históricas de dominação e administração na modernidade radicalizada. Sua atuação

se assemelharia à de um agente facilitador, assegurando a confiança de instituições e dirigentes de outros Estados no que concerne ao cumprimento de metas e manutenção dos acordos de médio e longo prazos necessários à política de mudança climática.

A atenção dispensada pelo autor ao papel do Estado pode apenas ser devidamente compreendida se situada no âmbito da teoria da estruturação. Sem embargo, Giddens não pretende retomar, como se poderia inferir, as discussões sobre políticas públicas *top-down* ou mesmo o debate clássico sobre planificação (dedica, inclusive, o Capítulo 5 do livro para demarcar as singularidades de seu argumento sobre o tema). Sua intenção parece ser a de reforçar a necessidade de se atingir o agenciamento nas práticas cotidianas, influenciando nas dimensões de reprodução dos sistemas sociais. Na teoria da estruturação esses sistemas são definidos como a padronização de relações sociais ao longo do tempo-espaço, e considerados amplamente variáveis em termos de grau de “sistemicidade” (nos termos do autor) ou coesão interna (Giddens, 1989). Os Estados modernos, por sua vez, “incluem o monitoramento reflexivo dos aspectos da reprodução dos sistemas sociais subordinados ao seu domínio” (Giddens, 2008: 43). Tratar do Estado e de sua posição como assegurador significa, na perspectiva de Giddens, ir de encontro às práticas sociais institucionalizadas, dotadas de um tempo reversível. Em outras palavras, significa incluir no cálculo das ações individuais (e não apenas no plano da consciência discursiva) os recursos implicados no planejamento de longo prazo que a política de mudança climática requer.

Outros dois conceitos relevantes repousam sobre a noção de convergência. O conceito de *convergência econômica* mantém acesa a crença nos princípios de conduta ideal-capitalistas weberianos. Giddens sugere que tal convergência relaciona-se com o potencial de que inovações econômicas e tecnológicas desenvolvidas para combater o aquecimento global possuem para também atuar como vantagem competitiva para seus empreendedores. Neste caso, princípios como o do *poluidor-pagador* poderiam ter boa funcionalidade. Já a *convergência política* refere-se à superposição da política de mudança climática frente a outros valores e objetivos políticos nacionais e ou/regionais – meta que necessariamente envolve a credibilidade do Estado assegurador. Conforme salienta,

a convergência política tenderá a ser crucial para indicar como poderemos efetivamente responder às mudanças climáticas; sendo abstrato e concernente à perigos futuros, o aquecimento global tende a facilmente dar lugar a preocupações mais cotidianas na cabeça das pessoas (Giddens, 2009: 69).

Desta convergência política decorre o quarto conceito relevante, *evidenciação*, proposto como estratégia de mobilização de recursos estruturais – isto é, nos termos do autor, traços de memória formados e exemplificados nos cursos de ação – para a manutenção do aquecimento global no cerne da agenda política.

Esses conceitos articulam noções essenciais da teoria da estruturação do autor, bem como de sua interpretação dos fenômenos da modernidade. O Estado assegurador e as formas de convergência, ao envolverem sistemas sociais, recursos estruturais e consciências prática e discursiva, alegam irremediavelmente as noções de rotina e agência desenvolvidas no curso na carreira intelectual de Giddens. A rotina como caráter habitual das práticas cotidianas, sustentada por certo senso de segurança ontológica, que dificulta a reação ao caráter abstrato das previsões conhecidas sobre o aquecimento global. A agência diz respeito aos eventos em que o indivíduo atua com consciência de que poderia tê-lo feito de modo diferente. Uma política de mudança climática envolve, para o autor, tanto as ações macro, entendidas em termos de acordos internacionais, quanto àquelas relativas ao estímulo de mudanças no monitoramento reflexivo das ações individuais. Eis o cerne da teoria da estruturação: a organização das práticas como reprodução (rotina) e traços de memória, só existe na ação do agente; a agência e as possibilidades de mudanças no curso da ação também só existem através da consciência do agente, e para tornarem-se efetivas dependem da motivação deste último e do contexto de interação.

Deste modo, é lícito afirmar que, na interpretação de Giddens, os desafios à construção de uma política de mudança climática situam-se na esfera das condutas individuais e na ordem institucional. A proposição de mudanças para esta última é evidentemente menos tensa, sobretudo em razão de sua visibilidade e dos canais de negociação e cobranças já consagrados nas sociedades democráticas. No plano individual, as possibilidades de mudanças efetivas nas práticas de risco dependerá do que o autor outrora denominou de política-vida, que refere-se

a questões políticas que fluem a partir dos processos de autorrealização em contextos pós-tradicionais, onde influências globalizantes penetram profundamente no projeto reflexivo do eu e, inversamente, onde os processos de autorrealização influenciam as estratégias globais (Giddens, 2002: 197).

É neste último plano, em particular, que o paradoxo de Giddens parece atingir grau maior de evidenciação.

## Referências bibliográficas

- GIDDENS, Anthony. *O Estado-Nação e a violência: segundo volume de uma crítica ao materialismo histórico*. São Paulo: Edusp, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- \_\_\_\_\_. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- \_\_\_\_\_. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

### Como citar esta resenha:

- MARTINS, Rodrigo Constante. O paradoxo de Giddens. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n. 1, p. 237-243.